

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

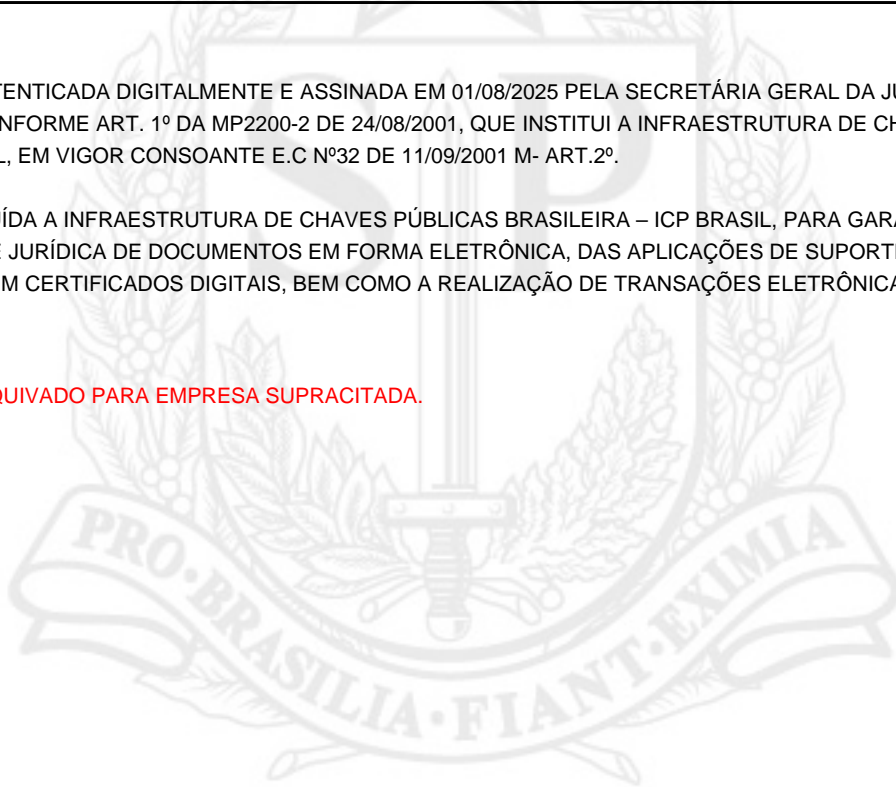
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL J&F S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300340825	CNPJ 00.350.763/0001-62	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 257.865/25-1	DATA DO ARQUIVAMENTO 30/07/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 01/08/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 00:08:58	CÓDIGO DE CONTROLE 273312179
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 01/08/2025 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

P3 30 07 2025

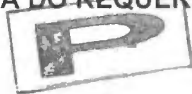
ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO
2.542.443/25-7



CAPA DO REQUERIMENTO



CONTROLE INTERNET

035017105-0



DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social; Alteração de Outras Cláusulas Contratuais/Estatutárias; Consolidação da Matriz;			
NOME EMPRESARIAL J&F S.A.		PORTE Normal	
LOGRADOURO Avenida Marginal Direita do Tiete	NÚMERO 500	COMPLEMENTO Bloco I-1 And	CEP 05118-100
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE 00.350.763/0001-62	NIRE - SEDE 3530034082-5	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: AGUINALDO GOMES RAMOS FILHO (Diretor)		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$,00 DARF: R\$,00	SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:		DATA: 18/07/2025	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP - SEDE GUICHÊ 3 ★ 18 JUL 2025 ★ PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE JUCESP DEFERIDO 29 JUL 2025 Fábio de Araújo Monteiro Assessor Técnico do Registro Público RG: 32.426.165-8
--	----------------------	--

ANEXOS:	
() DBE	() Documentos Pessoais
() Procuração	() Laudo de Avaliação
() Alvará Judicial	() Jornal
() Formal de Partilha	() Protocolo / Justificação
() Balanço Patrimonial	() Certidão
() Outros	

OBSERVAÇÕES:

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

Este documento foi assinado digitalmente por Aguinaldo Gomes Ramos Filho.

Versão VRE-Reports: 1.0.0.0 Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código D477-4950-86E7-01AA. 18/07/2025 12:15:24 - Página 1 de 2

Este documento foi assinado digitalmente por Aguinaldo Gomes Ramos Filho. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código D477-4950-86E7-01AA.

JUCESP

Gerência de Guarda e Distribuição

- () Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- () Verificação de Ficha Cadastral
- () Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
- () MEI sem Cadastro
- () MEI com Cadastro
- () Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- () Vide Protocolo

923000
25 70 05



JUCESP PROTOCOLO
2.542.443/25-7



JUCESP
J&F S.A.

CNPJ/MF nº 00.350.76370001-62

NIRE 35.300.340.825

Visto
Conferido
RG 32.425 185-8

P - SEDE
CHÊ 11

JUL 2025 ★

PROTOCOLO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: 26 de junho de 2025, às 9:00 horas, na sede da J&F S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco I - A, 1º andar, Vila Jaguara, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-100.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: convocação dispensada em face da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades Por Ações").

MESA: o Sr. Aguinaldo Gomes Ramos Filho, na qualidade de Presidente; e o Sr. João Paulo Bueno Minetto, na qualidade de Secretário.

ORDEM DO DIA: (i) a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia; (ii) a alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; (iii) a exclusão do parágrafo Quinto do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iv) a alteração do Capítulo III do Estatuto Social da Companhia; (v) a alteração do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia; (vi) a alteração do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia; (vii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo I da presente ata; e (viii) aprovação da publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária na forma do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, omitindo-se os nomes dos acionistas.

DELIBERAÇÕES: Cumpridas todas as formalidades previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, a presente assembleia foi regularmente instalada, e os acionistas, após debates e discussões, aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações, a seguinte matéria:

(i) A alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia para constar explicitamente que a Companhia é uma holding operacional multissetorial.

Em razão da deliberação acima, o Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 3º - A companhia é uma sociedade holding operacional multissetorial que tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista (holdings), e administração de bens próprios; (ii) compra e venda de bens, produtos e mercadorias; (iii) importação e exportação de bens, produtos e mercadorias; (iv) prestação de serviços em geral; (v) comércio atacadista e varejista de energia elétrica; (vi) a geração e a

SEDE

8

2025 ★

10

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

JUCESP

Visto
Conferido
RG 32 426 185-8

comercialização de energia termelétrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como, a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termelétricas, obras e edificações correlatas, a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; (vii) manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais; (viii) outras sociedades de participação, exceto holdings e outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; (ix) serviços de consultoria e gestão de energia; (x) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (xi) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (xii) outras sociedades de participação, exceto holdings; (xiii) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (xiv) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; (xv) extração de petróleo e gás natural; (xvi) atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (xvii) geração de energia elétrica; (xviii) transmissão de energia elétrica; (xix) produção de gás; processamento de gás natural; (xx) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (xxi) comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto; (xxii) administração de obras; (xxiii) aluguel de outras máquinas e equipamentos; (xxiv) fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente; (xxv) atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (xxvi) comércio varejista de material elétrico; (xxvii) holdings de instituições não-financeiras; (xxviii) gestão e administração da propriedade imobiliária; (xxix) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xxx) transporte ferroviário de carga; (xxxii) transporte marítimo de cabotagem – carga; (xxxiii) transporte marítimo de longo curso – carga; (xxxiv) transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia; (xxxv) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xxxvi) navegação de apoio marítimo; (xxxvii) carga e descarga; (xxxviii) atividades do operador portuário; (xxxix) comissaria de despachos; (xl) organização logística do transporte de carga; (xli) operador de transporte multimodal – OTM; (xlii) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; (xliii) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xliv) extração de minério de ferro; (xlv) comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis; (xlvi) fabricação de sabões e detergentes sintéticos; (xlvii) fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (xlviii) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xlix) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (l) fabricação de embalagens de material plástico; (li) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (lii) comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; (liii) comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (liv) comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; (lv) gestão de ativos intangíveis não-financeiros; (lvi) lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines; (lvii)

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

JUCESP

promoção de vendas; (lviii) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (lix) comércio atacadista de alimentos para animais; (lx) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; (lxi) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associado; (lxii) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (lxiii) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (lxiv) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; (lxv) comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; (lxvii) outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente; (lxviii) criação de bovinos para corte; e (lxix) fabricação de desinfetantes domissanitários.”

(ii) A alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para excluir a data do início das atividades da Companhia.

Em razão da deliberação acima, o Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado.”

(iii) A exclusão do parágrafo Quinto do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para excluir os parâmetros de governança corporativa que a Companhia deve aderir quando de sua eventual listagem, uma vez que tais critérios vêm se alterando ao longo do tempo de acordo com os regulamentos das bolsas de valores, nas quais a Companhia pode potencialmente listar suas ações.

Em razão da deliberação acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.627.981.546,81 (oito bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos), dividido em 122.342.554 (cento e vinte e duas milhões, trezentas e quarenta e duas mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 61.190.255 (sessenta e uma milhões, cento e noventa mil, duzentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 61.152.299 (sessenta e uma milhões, cento e cinquenta e duas mil, duzentas e noventa e nove) ações preferenciais.

Parágrafo Primeiro - Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações do capital na proporção das ações possuídas anteriormente.

Parágrafo Segundo - A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

JUCESP

Visto
Conferido
RG 32.426.185-8

condições fixadas pela Diretoria, com anuência prévia do Conselho Fiscal se em funcionamento.

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais de emissão da companhia não têm direito a voto, mas gozam dos seguintes direitos, preferências e vantagens:

- a) Direito de participar dos lucros distribuídos pela Companhia em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da Companhia; e
- b) Prioridade no reembolso do capital, de tal maneira que os detentores das ações preferenciais de emissão da Companhia, em caso de liquidação, dissolução e/ou falência da companhia, receberão os seus haveres na íntegra antes que seja feito qualquer pagamento aos acionistas detentores de ações ordinárias.

Parágrafo Quarto - É vedada a emissão, pela companhia, de partes beneficiárias.”

- (iv) A alteração do Capítulo III do Estatuto Social da Companhia para reordenar as instâncias de governança da Companhia de acordo com sua hierarquia legal, atribuindo a este Capítulo a regulamentação das Assembleias Gerais e discipliná-la de acordo com os critérios e alçadas estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações.

Em razão da deliberação acima, o Capítulo III do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

“CAPITULO III – DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Regulamentação aplicáveis.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Visto
Conferido
RG 32 425 185-8

Parágrafo Quarto - As Atas de Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 8º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da mesa da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Artigo 9º - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal;
- III. reformar o Estatuto Social;
- IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- VI. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;
- VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- IX. autorizar o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, de insolvência ou de falência da Companhia;
- X- Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com ou sem garantia real;
- XI- Deliberar sobre operações fora do curso ordinário dos negócios da Companhia, incluindo a contratação de operações envolvendo contratos derivativos; e

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

JUCESP

30 07 25

Visto
Conferido
RG 32.426.185-8

XI - Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.”

(v) A alteração do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia para reordenar as instâncias de governança da Companhia de acordo com sua hierarquia legal, atribuindo a este Capítulo a regulamentação da Administração e discipliná-la de acordo com os critérios e alçadas estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, bem como criar a Diretoria de Energia, Petróleo e Gás.

Em razão da deliberação acima, o Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

“CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES COMUNS AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo Primeiro - A investidura dos membros da administração da Companhia nos seus respectivos cargos far-se-á por termo de posse lavrado em livro próprio, que deverá conter disposição expressa de sujeição à cláusula compromissória, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo Segundo - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 11 - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo à administração da Companhia fixar a remuneração individual dos Conselheiros, membros do Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria.

Artigo 12 - Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes.

Parágrafo Único - Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

JUCESP

Visto
Conferido
RG 32 429 185-8

de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

SEÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13- O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados em assembleia geral.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração", com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da companhia ou em qualquer outra localidade escolhida, mediante convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente ou de quaisquer dois Conselheiros. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Parágrafo Terceiro - As reuniões serão convocadas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho, mediante comunicação, por escrito, expedida com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, devendo dela constar o local, dia e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia e cópia de todos os documentos e propostas relacionados aos temas constantes da ordem do dia.

Parágrafo Quarto - A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, ou desde que os mesmos manifestem sua concordância à dispensa daquelas formalidades.

Parágrafo Quinto - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença: (i) em primeira convocação, de pelo menos 3 (três) de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que estiver presente na ocasião, ou representado por seu substituto, ou que tiver enviado seu voto por escrito; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Sexto - Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Visto
Conferido
RG 32 426 185-8

de Administração. Cada conselheiro terá direito a (um) voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros.

Parágrafo Sétimo - Em caso de impedimento temporário ou ausência, o Conselheiro temporariamente impedido ou ausente será considerado pessoalmente presente às reuniões do Conselho de Administração se (a) participar à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, (b) nomear outro membro do Conselho de Administração, para que este vote em seu nome nas Reuniões do Conselho de Administração, ou (c) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação, via carta registrada ou carta entregue em mãos, caso em que o conselheiro ausente será considerado presente à reunião.

Parágrafo Oitavo - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia, a menos que outro local seja informado na respectiva convocação. Poderão, desde que assim conste na convocação, ser realizadas reuniões por videoconferência.

Parágrafo Nono - A Assembleia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Décimo - O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Parágrafo Décimo Primeiro - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares, sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Parágrafo Décimo Segundo - Nos casos de vacância do cargo de conselheiro, o respectivo suplente, se houver, ocupará o seu lugar; não havendo suplente, seu substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira Assembleia Geral. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Artigo 14 - O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, verificar e acompanhar sua execução, cumprindo-lhe especialmente:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

- b) Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto;
- c) Fiscalizar a gestão dos Diretores;
- d) Examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia; solicitar informações sobre contratos já celebrados ou em vias de serem celebrados e quaisquer outros atos;
- e) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- f) Apresentar à assembleia geral propostas de destinação dos lucros sociais e de alterações estatutárias;
- g) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- h) Escolher e destituir os auditores independentes;
- i) Deliberar sobre a distribuição da remuneração atribuída pela Assembleia Geral a seus membros;
- j) Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- k) Avocar e decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;
- l) Autorizar a constituição de novas empresas, pela Companhia; a aquisição ou alienação pela Companhia, de quaisquer participações societárias em outras sociedades, a aquisição ou alienação de estabelecimentos ou negócios, no Brasil ou no exterior, incluindo por meio da celebração de contratos de joint venture, exceto aumento da participação societária em entidade da qual a Companhia já tenha alguma participação;
- m) Autorizar qualquer ato que envolver a Companhia em negócios ou operações estranhos ao seu objeto social e aos seus interesses sociais, tais como a prestação de fianças, avais, endossas ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando tais fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias sejam em favor de controlador direto ou indireto da Companhia, de suas controladas diretas ou indiretas, bem como de entidades coligadas e/ou sob controle comum da Companhia;
- n) Autorizar a celebração de qualquer instrumento relacionado à aquisição de bens destinados a integrar o ativo permanente da Companhia, com parte relacionada ou não, que individualmente exceda o montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).
- o) Autorizar a venda, permuta, transferência ou alienação, por qualquer forma, de bens imóveis da Companhia;
- p) Autorizar qualquer reestruturação societária de suas subsidiárias;
- q) Autorizar pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio;
- r) Instituir Comitês, estabelecer os respectivos regimentos e competências, eleger e destituir seus membros e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos Comitês;
- s) Aprovar, acima do limite de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais:

(i) a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “notas promissórias”, “notas comerciais” “certificado de recebíveis”, “commercial papers”, operações de securitização em geral ou outros

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

JUCESP

Visto
Conferido
RG 32 426 185-8

de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate;

- (ii) a aquisição ou alienação de participações societárias, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;
- (iii) a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis;
- (iv) a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias e/ou de suas controladas; e
- (v) para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia.

SEÇÃO III - DIRETORIA

Artigo 15 - A Diretoria da companhia será constituída de, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, mas todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração. Dos diretores, um será o Diretor Presidente, um será Diretor Vice-Presidente Corporativo, um será o Diretor Presidente de Energia Petróleo e Gás, e os demais, Diretores sem denominação específica.

Artigo 16 - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único - A remuneração dos diretores será estabelecida e distribuída entre os mesmos, de acordo com o que for determinado pelo Conselho de Administração que os elegeu.

Artigo 17 - Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o respectivo substituto será escolhido pela Diretoria dentre os diretores remanescentes, na primeira reunião que se realizar depois da ocorrência da vaga. Ocorrendo vaga de um dos demais cargos da Diretoria, esta, na primeira reunião que realizar, se assim entender conveniente ou necessário, fará o preenchimento do cargo por pessoa indicada dentre os diretores remanescentes, que o exercerá interinamente até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após o evento, que então nomeará um diretor definitivo.

Parágrafo Único - O diretor que for designado nos termos deste artigo exercerá as suas funções até a realização da primeira reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após o evento.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Visto
Conferido
RG 32425 185-8

Artigo 18 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à assembleia geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:

- (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração;
- (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia;
- (iii) supervisionar a elaboração e a execução do orçamento anual, do orçamento de capital e do plano de negócios da Companhia;
- (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior;
- (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social;
- (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional;
- (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participar;
- (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração;
- (x) Aprovar, até o limite de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais):

(a) a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, cuja autorização para emissão não tenha sido definida especificamente, nos termos da Lei 6.404/76, legislação específica ou por este Estatuto Social, sejam “bonds”, “notes”, “notas promissórias”, “notas comerciais” “certificado de recebíveis”, “commercial papers”, operações de securitização em geral ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate;

(b) a aquisição ou alienação de participações societárias, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

(c) a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis;

(d) a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias e/ou de suas controladas; e

(e) para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Visto
Conferido
RG 32 426.185-8

Artigo 19 - Compete ao Diretor Presidente de Energia, Petróleo e Gás a administração do segmento de Energia, Petróleo e Gás e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência aos demais membros da Diretoria, ao Conselho de Administração ou à assembleia geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:

- (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração no que diz respeito ao segmento de Energia, Petróleo e Gás;
- (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia no que diz respeito ao segmento de Energia, Petróleo e Gás;
- (iii) supervisionar a elaboração e a execução do orçamento anual, do orçamento de capital e do plano de negócios da Companhia no que diz respeito ao segmento de Energia, Petróleo e Gás;
- (iv) coordenar, administrar, celebrar quaisquer instrumentos e/ou contratos, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia no segmento de Energia, Petróleo e Gás, no Brasil e no exterior, incluindo:
 - (a) a prestação de serviços de operação e/ou manutenção de usinas termelétricas;
 - (b) a geração, transmissão, comercialização (incluindo comercialização varejista), exportação e importação de energia elétrica;
 - (c) a compra, importação, comercialização e exploração de petróleo, gás natural, diesel, derivados e outros combustíveis, observados todos os preceitos legais vigentes em relação a autorizações governamentais necessárias a esse fim;
 - (d) as atividades de apoio à compra, importação, comercialização e exploração de petróleo, gás natural, diesel, derivados e outros combustíveis;
 - (e) a compra, aluguel e importação de máquinas e equipamentos em geral, bem como a importação de quaisquer bens relacionados ao segmento de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica;
 - (f) a aquisição ou alienação de participação em outras sociedades, empresárias ou simples, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista no segmento de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica;
 - (g) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência técnica, administrativa e comercial relacionados ao planejamento, desenvolvimento, implantação, gerenciamento e administração de negócios no segmento de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica;

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Visto
Conferido
RG 32.426.185-8

- (h) o aluguel de equipamentos e máquinas para construção, sem operador no segmento de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica;
- (i) a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica; e
- (j) a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais ou Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, incluindo instituições financeiras, instituições de pagamento, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Primeiro - A representação da companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer diretor.

Artigo 20 - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido.

Parágrafo Primeiro - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois diretores. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois diretores em exercício.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate.

Artigo 21 - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído.

Parágrafo Único - O substituto deverá ser um dos demais diretores que votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo.

Artigo 22 - As escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

JUCESP

Visto
Conferido
25/07/2025 18:58

responsabilidade ou obrigação para a companhia, serão obrigatoriamente assinados por qualquer diretor, ou por procurador investido de especiais e expressos poderes.

Artigo 23 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por qualquer diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de 02 (dois) anos.”

(vi) A alteração do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia para constar explicitamente que a Companhia é uma holding operacional multissetorial.

Em razão da deliberação acima, o Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 32 - O presente Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, em particular de acordo com a Lei 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - Em caso de conflito, controvérsia ou reclamação decorrente do presente Estatuto Social ou a ele referente, inclusive quanto à sua existência, validade, eficácia, interpretação, execução e/ou rescisão (“Conflito”), o Conflito deverá ser submetido e resolvido por arbitragem, pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil - Canadá (“Câmara de Arbitragem”), nos termos do seu Regulamento de Arbitragem vigente à época do requerimento de arbitragem (“Regulamento”).

Parágrafo Segundo - O tribunal arbitral será composto por um único árbitro, nomeado pelo consenso das partes.

Parágrafo Terceiro - Da decisão final proferida por esse árbitro único, caberá único recurso a um tribunal arbitral que será eleito pelas partes, composto por 3 (três) ou 5 (cinco) novos árbitros.

Parágrafo Quarto - O recurso da decisão arbitral só será cabível em caso de decisão que viole normas Constitucionais, dispositivos da Lei nº 13.105/ 2015 ou dispositivos da Lei nº 6.404/76, ou haja fundado receio de que a sentença é passível de anulação nos termos dos artigos 32 e seguintes da Lei nº 9.307/96.

Parágrafo Quinto - O interessado deverá manifestar seu interesse em recorrer no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis após a notificação que der ciência às partes da prolação de decisão final pelo árbitro único, apresentando requerimento de recurso, que deverá conter resumo da matéria que será objeto da impugnação e de seus pedidos.

Parágrafo Sexto - A apresentação de pedido de esclarecimentos por qualquer das partes, desde que tempestiva, interromperá o prazo para a interposição do requerimento de recurso,

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

JUCESP

Visto
Conferido
RG 32.426 185-8

que será reiniciado após a notificação que der ciência às partes da prolação da decisão sobre o pedido de esclarecimentos.

Parágrafo Sétimo - Recebido o requerimento de recurso, as partes serão notificadas para se manifestar sobre a composição do tribunal recursal no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Oitavo - O tribunal recursal será formado por 3 (três) ou 5 (cinco) novos árbitros, a critério das partes envolvidas na arbitragem, sempre com 1 (um) presidente, eleito pelos árbitros nomeados pelas partes.

Parágrafo Nono - Caso não haja consenso, o Presidente da Câmara de Arbitragem determinará se o tribunal recursal será composto por 3 (três) ou 5 (cinco) novos árbitros.

Parágrafo Décimo - Dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis após a notificação sobre o número de árbitros da composição do tribunal recursal, cada parte envolvida na arbitragem poderá nomear 1 (um) árbitro, caso o tribunal recursal pretendido seja de 3 (três) árbitros, ou 2 (dois) árbitros, caso a opção seja pelo tribunal de 5 (cinco) árbitros.

Parágrafo Décimo Primeiro - Caso qualquer das partes da arbitragem deixe de nomear um árbitro componente da turma recursal ou os árbitros nomeados pelas partes sejam incapazes de designar o árbitro Presidente, este será nomeado no período subsequente de 15 (quinze) Dias Úteis, de acordo com o Regulamento.

Parágrafo Décimo Segundo - No caso de arbitragem com múltiplas partes, como requerentes e/ou requeridas, as indicações de árbitro único e dos membros da turma recursal deverão ser realizadas conjuntamente pelas partes que integrarem o mesmo polo da arbitragem. Não havendo consenso entre as partes sobre a indicação, o Presidente da Câmara de Arbitragem poderá nomear o árbitro único e todos os membros da turma recursal, indicando um deles para atuar como presidente.

Parágrafo Décimo Terceiro - O tribunal recursal será considerado formado e apto a eleger seu Presidente no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento pela Câmara de Arbitragem da aceitação do encargo pelo último árbitro.

Parágrafo Décimo Quarto - O prazo de 15 (quinze) Dias Úteis para apresentação das razões do recurso e documentos terá início após a notificação da formação do tribunal recursal.

Parágrafo Décimo Quinto - O juízo de admissibilidade do recurso será realizado pelo colegiado, após o prazo de 15 (quinze) Dias Úteis para a apresentação de contrarrazões pelo interessado.

Parágrafo Décimo Sexto - Se positivo o juízo de admissibilidade, o tribunal recursal decidirá o mérito do recurso.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Visto
Conferido
RG 32 426 185-8

Parágrafo Décimo Sétimo - A decisão proferida pelo tribunal recursal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso e no que for incompatível.

Parágrafo Décimo Oitavo - A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, local onde a sentença arbitral também será proferida. O idioma oficial do procedimento de arbitragem será o português, sendo a sentença arbitral deve também ser proferida nesse idioma, devendo ser observado, no entanto, que (i) os documentos apresentados ao tribunal arbitral podem estar no idioma original, nas versões em português ou inglês, e (ii) todos os depoimentos, pareceres, testemunhos e outras declarações verbais poderão ser fornecidos em inglês ou português.

Parágrafo Décimo Nono - A arbitragem, bem como todos os documentos e informações nela divulgados, estarão sujeitos à confidencialidade e deverão ser mantidos em sigilo.

Parágrafo Vigésimo - Sem prejuízo da presente cláusula arbitral, fica eleito como exclusivamente competente o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para processar e julgar quaisquer demandas relativas: (i) à instituição da arbitragem, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.307/96; (ii) à execução de título executivo extrajudicial, observada a prerrogativa de escolha do exequente, nos termos do art. 781 da Lei nº 13.105/ 2015; (iii) à concessão de medidas cautelares e de urgência anteriormente à constituição do tribunal arbitral, nos termos do art. 22-A da Lei nº 9.307/96; (iv) ao cumprimento de sentença arbitral, observada a prerrogativa de escolha do exequente, nos termos do art. 516, parágrafo único, da Lei nº 13.105/ 2015; (v) à anulação da sentença arbitral, nos termos do art. 32 da Lei nº 9.307/96; e (vi) a quaisquer outros conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidos à arbitragem. A concessão de qualquer medida de urgência deverá ser imediatamente informada pela parte requerente da medida a Câmara de Arbitragem e poderá ser confirmada, modificada ou suspensa pelo Tribunal Arbitral tão logo este seja constituído.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - A sentença arbitral deverá ser proferida de acordo com a legislação brasileira, ficando desde já vedado ao tribunal arbitral decidir quaisquer disputas por equidade. As decisões do tribunal arbitral serão finais e vinculantes entre as Partes, bem como seus respectivos sucessores a qualquer título.

Parágrafo Vigésimo Segundo - Antes da assinatura do termo de arbitragem, a Câmara de Arbitragem poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos nos termos do Regulamento. Após a assinatura do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste ou em qualquer outro instrumento firmado entre as partes, desde que tais procedimentos digam respeito à mesma relação jurídica e as cláusulas compromissórias sejam compatíveis. A competência para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Visto
Conferido
25.32.426 185-8

Parágrafo Vigésimo Terceiro - Salvo acordo por escrito em contrário, as Partes deverão continuar a desempenhar diligentemente seus respectivos deveres e obrigações previstos no presente Estatuto Social, enquanto o procedimento arbitral estiver em curso.

Parágrafo Vigésimo Quarto - As despesas do procedimento arbitral, incluindo as custas administrativas da Câmara de Arbitragem e honorários dos árbitros e de peritos, quando aplicáveis, serão arcadas por cada parte da arbitragem na forma do Regulamento. A sentença arbitral determinará o reembolso pela parte perdedora à parte vencedora, de acordo com o resultado de seus respectivos pedidos e levando em consideração as circunstâncias que o Tribunal Arbitral entender relevantes, dos custos da arbitragem e de outras despesas razoáveis incorridas pelas partes da arbitragem, incluindo honorários contratuais de advogados, de assistentes técnicos e outras despesas necessárias ou úteis para o procedimento arbitral, bem como sucumbenciais de acordo com a Lei nº 13.105/2015.

Parágrafo Vigésimo Quinto - Esta cláusula compromissória é válida, vinculante e oponível em relação a quaisquer discussões relacionadas ao presente Estatuto Social, salvo disposição expressa em sentido contrário.”

(vii) A consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo I da presente ata; e

(viii) a publicação da ata desta Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

APROVAÇÃO DA ATA E ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, lavrando-se esta Ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

ACIONISTAS PRESENTES: ZMF Participações Ltda., p. José Batista Sobrinho; WWMB Participações Ltda., p. Wesley Mendonça Batista; JJMB Participações Ltda., p. Joesley Mendonça Batista; e Pinheiros Fundo de Investimento em Participações em Cadeias Produtivas Agroindustriais - FIP FIAGRO, p. Reag Trust Administradora de Recursos Ltda., p. Marcos Ferreira Costa.

São Paulo, 26 de junho de 2025.

Certifico que a presente é uma cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.

JOÃO PAULO BUENO MINETTO
Secretário da Mesa

01

30 JUL 2025

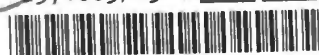
SEDE

CERTIDÃO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO

257.865/25-1

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP

ALDOZO E SOARES JUNIOR
SECRETÁRIO GERAL DEP. EXECUCIO



JUCESP

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-SD83-7BE0-55D2.

923000
25 70 02

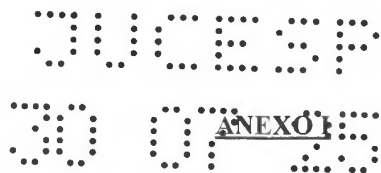


JUCESP
30 07 25

Visto
Conferido
RG 32.426.85-8

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



ESTATUTO SOCIAL DA J&F S.A.

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A J&F S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500 - Bloco I - 1º andar - A, Vila Jaguara, CEP 05118-100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante resolução da Diretoria.

Artigo 3º - A companhia é uma sociedade holding operacional multissetorial que tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista (holdings), e administração de bens próprios; (ii) compra e venda de bens, produtos e mercadorias; (iii) importação e exportação de bens, produtos e mercadorias; (iv) prestação de serviços em geral; (v) comércio atacadista e varejista de energia elétrica; (vi) a geração e a comercialização de energia termoeletrica e as atividades relacionadas a esse objeto, tais como, a instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, a operação e manutenção de usinas termoeletricas, obras e edificações correlatas, a compra e importação de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; (vii) manutenção e reparação de equipamentos de transmissão para fins industriais; (viii) outras sociedades de participação, exceto holdings e outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente; (ix) serviços de consultoria e gestão de energia; (x) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (xi) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; (xii) outras sociedades de participação, exceto holdings; (xiii) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (xiv) aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes; (xv) extração de petróleo e gás natural; (xvi) atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (xvii) geração de energia elétrica; (xviii) transmissão de energia elétrica; (xix) produção de gás; processamento de gás natural; (xx) distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; (xxi) comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em bruto; (xxii) administração de obras; (xxiii) aluguel de outras máquinas e equipamentos; (xxiv) fabricação de outros equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente; (xxv) atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica; (xxvi) comércio varejista de material elétrico; (xxvii) holdings de instituições não-financeiras; (xxviii) gestão e administração da propriedade imobiliária; (xxix) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xxx) transporte ferroviário de carga; (xxxi) transporte marítimo de cabotagem – carga; (xxxii) transporte marítimo de longo curso –

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



carga; (xxxiii) transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia; (xxiv) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xxxv) navegação de apoio marítimo; (xxxvi) carga e descarga; (xxxvii) atividades do operador portuário; (xxxviii) comissaria de despachos; (xxxix) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; (xl) organização logística do transporte de carga; (xli) operador de transporte multimodal – OTM; (xlii) agenciamento de cargas, exceto para o transporte marítimo; (xliii) transporte por navegação interior de carga, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (xliv) extração de minério de ferro; (xlv) comércio atacadista de produtos da extração mineral, exceto combustíveis; (xlvi) fabricação de sabões e detergentes sintéticos; (xlvii) fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (xlviii) transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; (xlix) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (l) fabricação de embalagens de material plástico; (li) comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (lii) comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; (liii) comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; (liv) comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; (lv) gestão de ativos intangíveis não-financeiros; (lvi) lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines; (lvii) promoção de vendas; (lviii) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (lix) comércio atacadista de alimentos para animais; (lx) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; (lxi) comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associado; (lxii) pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; (lxiii) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; (lxiv) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; (lxv) comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados; (lxvii) outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente; (lxviii) criação de bovinos para corte; e (lxix) fabricação de desinfetantes domissanitários.

Artigo 4º - O prazo de duração da companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.627.981.546,81 (oito bilhões, seiscentos e vinte e sete milhões, novecentos e oitenta e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos), dividido em 122.342.554 (cento e vinte e duas milhões, trezentas e quarenta e duas mil, quinhentas e cinquenta e quatro) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 61.190.255 (sessenta e uma milhões, cento e noventa mil, duzentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias e 61.152.299 (sessenta e uma milhões, cento e cinquenta e duas mil, duzentas e noventa e nove) ações preferenciais.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Parágrafo Primeiro - Os acionistas têm preferência para a subscrição das ações do capital na proporção das ações possuídas anteriormente.

Parágrafo Segundo - A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria, com anuência prévia do Conselho Fiscal se em funcionamento.

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais de emissão da companhia não têm direito a voto, mas gozam dos seguintes direitos, preferências e vantagens:

- a) Direito de participar dos lucros distribuídos pela Companhia em igualdade de condições com as ações ordinárias de emissão da Companhia; e
- b) Prioridade no reembolso do capital, de tal maneira que os detentores das ações preferenciais de emissão da Companhia, em caso de liquidação, dissolução e/ou falência da companhia, receberão os seus haveres na íntegra antes que seja feito qualquer pagamento aos acionistas detentores de ações ordinárias.

Parágrafo Quarto - É vedada a emissão, pela companhia, de partes beneficiárias.

Artigo 6º - A cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais.

CAPITULO III – DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 7º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da Regulamentação aplicáveis.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Parágrafo Quarto - As atas de Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 8º - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da mesa da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Artigo 9º - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

- I. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- II. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal;
- III. reformar o Estatuto Social;
- IV. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- V. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- VI. aprovar planos de opção de compra de ações destinados a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia;
- VII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- VIII. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- IX. autorizar o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, de insolvência ou de falência da Companhia;
- X- Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com ou sem garantia real;
- XI- Deliberar sobre operações fora do curso ordinário dos negócios da Companhia, incluindo a contratação de operações envolvendo contratos derivativos; e

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



XII - Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV- DA ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES COMUNS AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10 - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

Parágrafo Primeiro - A investidura dos membros da administração da Companhia nos seus respectivos cargos far-se-á por termo de posse lavrado em livro próprio, que deverá conter disposição expressa de sujeição à cláusula compromissória, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo Segundo - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 11 - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo à administração da Companhia fixar a remuneração individual dos Conselheiros, membros do Comitê de Auditoria Estatutário e da Diretoria.

Artigo 12 - Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes.

Parágrafo Único - Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

SEÇÃO II - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13- O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, indicados em assembleia geral.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no "Livro de Atas de Reuniões do

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Conselho de Administração", com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da companhia ou em qualquer outra localidade escolhida, mediante convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente ou de quaisquer dois Conselheiros. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Parágrafo Terceiro - As reuniões serão convocadas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho, mediante comunicação, por escrito, expedida com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, devendo dela constar o local, dia e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia e cópia de todos os documentos e propostas relacionados aos temas constantes da ordem do dia.

Parágrafo Quarto - A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração, ou desde que os mesmos manifestem sua concordância à dispensa daquelas formalidades.

Parágrafo Quinto - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença: (i) em primeira convocação, de pelo menos 3 (três) de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que estiver presente na ocasião, ou representado por seu substituto, ou que tiver enviado seu voto por escrito; e (ii) em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Sexto - Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros.

Parágrafo Sétimo - Em caso de impedimento temporário ou ausência, o Conselheiro temporariamente impedido ou ausente será considerado pessoalmente presente às reuniões do Conselho de Administração se (a) participar à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, (b) nomear outro membro do Conselho de Administração, para que este vote em seu nome nas Reuniões do Conselho de Administração, ou (c) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes da sua instalação, via carta registrada ou carta entregue em mãos, caso em que o conselheiro ausente será considerado presente à reunião.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Parágrafo Oitavo - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia, a menos que outro local seja informado na respectiva convocação. Poderão, desde que assim conste na convocação, ser realizadas reuniões por videoconferência.

Parágrafo Nono - A Assembleia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Décimo - O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Parágrafo Décimo Primeiro - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares, sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Parágrafo Décimo Segundo - Nos casos de vacância do cargo de conselheiro, o respectivo suplente, se houver, ocupará o seu lugar; não havendo suplente, seu substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, e servirá até a primeira Assembleia Geral. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

Artigo 14 - O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, verificar e acompanhar sua execução, cumprindo-lhe especialmente:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) Eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este Estatuto;
- c) Fiscalizar a gestão dos Diretores;
- d) Examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia; solicitar informações sobre contratos já celebrados ou em vias de serem celebrados e quaisquer outros atos;
- e) Convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- f) Apresentar à assembleia geral propostas de destinação dos lucros sociais e de alterações estatutárias;
- g) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- h) Escolher e destituir os auditores independentes;
- i) Deliberar sobre a distribuição da remuneração atribuída pela Assembleia Geral a seus membros;

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

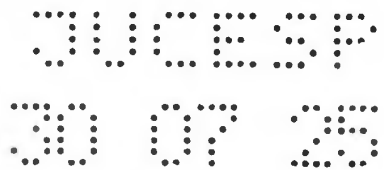
Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



- j) Autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- k) Avocar e decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;
- l) Autorizar a constituição de novas empresas, pela Companhia; a aquisição ou alienação pela Companhia, de quaisquer participações societárias em outras sociedades, a aquisição ou alienação de estabelecimentos ou negócios, no Brasil ou no exterior, incluindo por meio da celebração de contratos de joint venture, exceto aumento da participação societária em entidade da qual a Companhia já tenha alguma participação;
- m) Autorizar qualquer ato que envolver a Companhia em negócios ou operações estranhos ao seu objeto social e aos seus interesses sociais, tais como a prestação de fianças, avais, endossas ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando tais fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias sejam em favor de controlador direto ou indireto da Companhia, de suas controladas diretas ou indiretas, bem como de entidades coligadas e/ou sob controle comum da Companhia;
- n) Autorizar a celebração de qualquer instrumento relacionado à aquisição de bens destinados a integrar o ativo permanente da Companhia, com parte relacionada ou não, que individualmente exceda o montante de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).
- o) Autorizar a venda, permuta, transferência ou alienação, por qualquer forma, de bens imóveis da Companhia;
- p) Autorizar qualquer reestruturação societária de suas subsidiárias;
- q) Autorizar pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio;
- r) Instituir Comitês, estabelecer os respectivos regimentos e competências, eleger e destituir seus membros e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos Comitês;
- s) Aprovar, acima do limite de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais):
- (i) a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam “bonds”, “notes”, “notas promissórias”, “notas comerciais” “certificado de recebíveis”, “commercial papers”, operações de securitização em geral ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate;
 - (ii) a aquisição ou alienação de participações societárias, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;
 - (iii) a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis;
 - (iv) a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias e/ou de suas controladas; e
 - (v) para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



SEÇÃO III - DIRETORIA

Artigo 15 - A Diretoria da companhia será constituída de, no mínimo, 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) diretores, acionistas ou não, mas todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração. Dos diretores, um será o Diretor Presidente, um será Diretor Vice-Presidente Corporativo, um será o Diretor Presidente de Energia Petróleo e Gás, e os demais, Diretores sem denominação específica.

Artigo 16 - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos. Todos os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Único - A remuneração dos diretores será estabelecida e distribuída entre os mesmos, de acordo com o que for determinado pelo Conselho de Administração que os elegeu.

Artigo 17 - Ocorrendo vaga, por qualquer motivo, do cargo de Diretor Presidente, o respectivo substituto será escolhido pela Diretoria dentre os diretores remanescentes, na primeira reunião que se realizar depois da ocorrência da vaga. Ocorrendo vaga de um dos demais cargos da Diretoria, esta, na primeira reunião que realizar, se assim entender conveniente ou necessário, fará o preenchimento do cargo por pessoa indicada dentre os diretores remanescentes, que o exercerá interinamente até a primeira reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após o evento, que então nomeará um diretor definitivo.

Parágrafo Único - O diretor que for designado nos termos deste artigo exercerá as suas funções até a realização da primeira reunião do Conselho de Administração que vier a se realizar após o evento.

Artigo 18 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à assembleia geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:

- (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração;
- (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia;
- (iii) supervisionar a elaboração e a execução do orçamento anual, do orçamento de capital e do plano de negócios da Companhia;
- (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia, no Brasil e no exterior;

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



- (v) coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social;
- (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional;
- (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (viii) representar pessoalmente, ou por mandatário que nomear, a Companhia nas assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participar;
- (ix) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração;
- (x) Aprovar, até o limite de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais):
 - a) a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, cuja autorização para emissão não tenha sido definida especificamente, nos termos da Lei 6.404/76, legislação específica ou por este Estatuto Social, sejam “bonds”, “notes”, “notas promissórias”, “notas comerciais” “certificado de recebíveis”, “commercial papers”, operações de securitização em geral ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate;
 - b) a aquisição ou alienação de participações societárias, associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;
 - c) a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis;
 - d) a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias e/ou de suas controladas; e
 - e) para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia.

Artigo 19 - Compete ao Diretor Presidente de Energia, Petróleo e Gás a administração do segmento de Energia, Petróleo e Gás e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência aos demais membros da Diretoria, ao Conselho de Administração ou à assembleia geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para:

- (i) executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração no que diz respeito ao segmento de Energia, Petróleo e Gás;

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

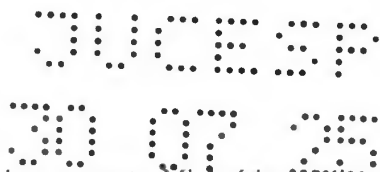
Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



- (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia no que diz respeito ao segmento de Energia, Petróleo e Gás;
- (iii) supervisionar a elaboração e a execução do orçamento anual, do orçamento de capital e do plano de negócios da Companhia no que diz respeito ao segmento de Energia, Petróleo e Gás;
- (iv) coordenar, administrar, celebrar quaisquer instrumentos e/ou contratos, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia no segmento de Energia, Petróleo e Gás, no Brasil e no exterior, incluindo:
 - a) a prestação de serviços de operação e/ou manutenção de usinas termelétricas;
 - b) a geração, transmissão, comercialização (incluindo comercialização varejista), exportação e importação de energia elétrica;
 - c) a compra, importação, comercialização e exploração de petróleo, gás natural, diesel, derivados e outros combustíveis, observados todos os preceitos legais vigentes em relação a autorizações governamentais necessárias a esse fim;
 - d) as atividades de apoio à compra, importação, comercialização e exploração de petróleo, gás natural, diesel, derivados e outros combustíveis;
 - e) a compra, aluguel e importação de máquinas e equipamentos em geral, bem como a importação de quaisquer bens relacionados ao segmento de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica;
 - f) a aquisição ou alienação de participação em outras sociedades, empresárias ou simples, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista no segmento de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica;
 - g) a prestação de serviços de assessoria, consultoria e assistência técnica, administrativa e comercial relacionados ao planejamento, desenvolvimento, implantação, gerenciamento e administração de negócios no segmento de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica;
 - h) o aluguel de equipamentos e máquinas para construção, sem operador no segmento de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica;
 - i) a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica; e
 - j) a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais ou Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, incluindo instituições financeiras,

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



instituições de pagamento, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Primeiro - A representação da companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer diretor.

Artigo 20 - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido.

Parágrafo Primeiro - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois diretores. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois diretores em exercício.

Parágrafo Segundo - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate.

Artigo 21 - Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído.

Parágrafo Único - O substituto deverá ser um dos demais diretores que votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo diretor que estiver substituindo.

Artigo 22 - As escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a companhia, serão obrigatoriamente assinados por qualquer diretor, ou por procurador investido de especiais e expressos poderes.

Artigo 23 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por qualquer diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de 02 (dois) anos.

CAPITULO V – DO CONSELHO FISCAL

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Artigo 24 - O Conselho Fiscal da companhia, que será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

CAPITULO VI – DO ANO SOCIAL, DO BALANÇO E DOS LUCROS

Artigo 25 - O ano social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 26 - Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes.

Parágrafo Único - As demonstrações contábeis deverão ser auditadas, anualmente, por auditores independentes registrados na CVM.

Artigo 27 - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

- a) O pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;
- b) A distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e
- c) O pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 28 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei 6.404/76, conforme o disposto no parágrafo 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma Lei, observada a seguinte ordem de dedução:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



b) Uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei 6.404/76;

c) Do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva para contingências conforme determinado nas letras (a) e (b) acima, uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento); e

d) No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da letra (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei 6.404/76;

CAPÍTULO VII – DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 29 - A companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo ao Conselho de Administração estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30 - Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes.

Artigo 31 - Em caso de conflito entre as disposições do presente Estatuto Social e as disposições constantes do Acordo de Acionistas da Companhia, devidamente arquivado na Sede Social, as disposições do Acordo de Acionistas prevalecerão.

Artigo 32 - O presente Estatuto Social será regido e interpretado de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, em particular de acordo com a Lei 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - Em caso de conflito, controvérsia ou reclamação decorrente do presente Estatuto Social ou a ele referente, inclusive quanto à sua existência, validade, eficácia, interpretação, execução e/ou rescisão (“Conflito”), o Conflito deverá ser submetido e resolvido por arbitragem, pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil - Canadá (“Câmara de Arbitragem”), nos termos do seu Regulamento de Arbitragem vigente à época do requerimento de arbitragem (“Regulamento”).

Parágrafo Segundo - O tribunal arbitral será composto por um único árbitro, nomeado pelo consenso das partes.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



Parágrafo Terceiro - Da decisão final proferida por ~~esse~~ árbitro único, caberá único recurso a um tribunal arbitral que será eleito pelas partes, composto por 3 (três) ou 5 (cinco) novos árbitros.

Parágrafo Quarto - O recurso da decisão arbitral só será cabível em caso de decisão que viole normas Constitucionais, dispositivos da Lei nº 13.105/2015 ou dispositivos da Lei nº 6.404/76, ou haja fundado receio de que a sentença é passível de anulação nos termos dos artigos 32 e seguintes da Lei nº 9.307/96.

Parágrafo Quinto - O interessado deverá manifestar seu interesse em recorrer no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis após a notificação que der ciência às partes da prolação de decisão final pelo árbitro único, apresentando requerimento de recurso, que deverá conter resumo da matéria que será objeto da impugnação e de seus pedidos.

Parágrafo Sexto - A apresentação de pedido de esclarecimentos por qualquer das partes, desde que tempestiva, interromperá o prazo para a interposição do requerimento de recurso, que será reiniciado após a notificação que der ciência às partes da prolação da decisão sobre o pedido de esclarecimentos.

Parágrafo Sétimo - Recebido o requerimento de recurso, as partes serão notificadas para se manifestar sobre a composição do tribunal recursal no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Oitavo - O tribunal recursal será formado por 3 (três) ou 5 (cinco) novos árbitros, a critério das partes envolvidas na arbitragem, sempre com 1 (um) presidente, eleito pelos árbitros nomeados pelas partes.

Parágrafo Nono - Caso não haja consenso, o Presidente da Câmara de Arbitragem determinará se o tribunal recursal será composto por 3 (três) ou 5 (cinco) novos árbitros.

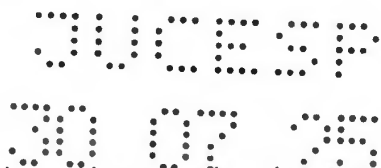
Parágrafo Décimo - Dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis após a notificação sobre o número de árbitros da composição do tribunal recursal, cada parte envolvida na arbitragem poderá nomear 1 (um) árbitro, caso o tribunal recursal pretendido seja de 3 (três) árbitros, ou 2 (dois) árbitros, caso a opção seja pelo tribunal de 5 (cinco) árbitros.

Parágrafo Décimo Primeiro - Caso qualquer das partes da arbitragem deixe de nomear um árbitro componente da turma recursal ou os árbitros nomeados pelas partes sejam incapazes de designar o árbitro Presidente, este será nomeado no período subsequente de 15 (quinze) Dias Úteis, de acordo com o Regulamento.

Parágrafo Décimo Segundo - No caso de arbitragem com múltiplas partes, como requerentes e/ou requeridas, as indicações de árbitro único e dos membros da turma recursal deverão ser realizadas conjuntamente pelas partes que integrarem o mesmo polo da arbitragem. Não havendo consenso entre as partes sobre a indicação, o Presidente da Câmara de Arbitragem

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



poderá nomear o árbitro único e todos os membros da turma recursal, indicando um deles para atuar como presidente.

Parágrafo Décimo Terceiro - O tribunal recursal será considerado formado e apto a eleger seu Presidente no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento pela Câmara de Arbitragem da aceitação do encargo pelo último árbitro.

Parágrafo Décimo Quarto - O prazo de 15 (quinze) Dias Úteis para apresentação das razões do recurso e documentos terá início após a notificação da formação do tribunal recursal.

Parágrafo Décimo Quinto - O juízo de admissibilidade do recurso será realizado pelo colegiado, após o prazo de 15 (quinze) Dias Úteis para a apresentação de contrarrazões pelo interessado.

Parágrafo Décimo Sexto - Se positivo o juízo de admissibilidade, o tribunal recursal decidirá o mérito do recurso.

Parágrafo Décimo Sétimo - A decisão proferida pelo tribunal recursal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso e no que for incompatível.

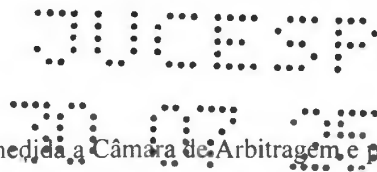
Parágrafo Décimo Oitavo - A sede da arbitragem será a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, local onde a sentença arbitral também será proferida. O idioma oficial do procedimento de arbitragem será o português, sendo a sentença arbitral deve também ser proferida nesse idioma, devendo ser observado, no entanto, que (i) os documentos apresentados ao tribunal arbitral podem estar no idioma original, nas versões em português ou inglês, e (ii) todos os depoimentos, pareceres, testemunhos e outras declarações verbais poderão ser fornecidos em inglês ou português.

Parágrafo Décimo Nono - A arbitragem, bem como todos os documentos e informações nela divulgados, estarão sujeitos à confidencialidade e deverão ser mantidos em sigilo.

Parágrafo Vigésimo - Sem prejuízo da presente cláusula arbitral, fica eleito como exclusivamente competente o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para processar e julgar quaisquer demandas relativas: (i) à instituição da arbitragem, nos termos do art. 7º da Lei nº 9.307/96; (ii) à execução de título executivo extrajudicial, observada a prerrogativa de escolha do exequente, nos termos do art. 781 da Lei nº 13.105/ 2015; (iii) à concessão de medidas cautelares e de urgência anteriormente à constituição do tribunal arbitral, nos termos do art. 22-A da Lei nº 9.307/96; (iv) ao cumprimento de sentença arbitral, observada a prerrogativa de escolha do exequente, nos termos do art. 516, parágrafo único, da Lei nº 13.105/ 2015; (v) à anulação da sentença arbitral, nos termos do art. 32 da Lei nº 9.307/96; e (vi) a quaisquer outros conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidos à arbitragem. A concessão de qualquer medida de urgência deverá ser imediatamente informada

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.



pela parte requerente da medida, a Câmara de Arbitragem e poderá ser confirmada, modificada ou suspensa pelo Tribunal Arbitral tão logo este seja constituído.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - A sentença arbitral deverá ser proferida de acordo com a legislação brasileira, ficando desde já vedado ao tribunal arbitral decidir quaisquer disputas por equidade. As decisões do tribunal arbitral serão finais e vinculantes entre as Partes, bem como seus respectivos sucessores a qualquer título.

Parágrafo Vigésimo Segundo - Antes da assinatura do termo de arbitragem, a Câmara de Arbitragem poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos nos termos do Regulamento. Após a assinatura do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste ou em qualquer outro instrumento firmado entre as partes, desde que tais procedimentos digam respeito à mesma relação jurídica e as cláusulas compromissórias sejam compatíveis. A competência para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes.

Parágrafo Vigésimo Terceiro - Salvo acordo por escrito em contrário, as Partes deverão continuar a desempenhar diligentemente seus respectivos deveres e obrigações previstos no presente Estatuto Social, enquanto o procedimento arbitral estiver em curso.

Parágrafo Vigésimo Quarto - As despesas do procedimento arbitral, incluindo as custas administrativas da Câmara de Arbitragem e honorários dos árbitros e de peritos, quando aplicáveis, serão arcadas por cada parte da arbitragem na forma do Regulamento. A sentença arbitral determinará o reembolso pela parte perdedora à parte vencedora, de acordo com o resultado de seus respectivos pedidos e levando em consideração as circunstâncias que o Tribunal Arbitral entender relevantes, dos custos da arbitragem e de outras despesas razoáveis incorridas pelas partes da arbitragem, incluindo honorários contratuais de advogados, de assistentes técnicos e outras despesas necessárias ou úteis para o procedimento arbitral, bem como sucumbenciais de acordo com a Lei nº 13.105/2015.

Parágrafo Vigésimo Quinto - Esta cláusula compromissória é válida, vinculante e oponível em relação a quaisquer discussões relacionadas ao presente Estatuto Social, salvo disposição expressa em sentido contrário.

Estatuto Social consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2025.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.

Este documento foi assinado digitalmente por Joao Paulo Bueno Minetto.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código E85C-5D83-7BE0-55D2.